

Relatório e contas 2004 **MAPFRESEGUROS GERAIS**



Relatório e contas 2004



MAPFRESEGUROS GERAIS

Relatório e contas 2004



MAPFRE

Índice



4 Órgãos sociais**7** Relatório de Gestão

8 I – ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO

10 II – ACTIVIDADE SEGURADORA

12 III – DESEMPENHO DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

30 IV – AGRADECIMENTOS

31 V – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

33 Contas anuais

34 Balanço

36 Conta de ganhos e perdas

38 Anexo

53 Certificação legal das contas e relatório e parecer do fiscal único

Orgãos sociais



Conselho de Administração**Presidente**

Agustín Bernal de la Cuesta

Vice-presidente

Santiago Gayarre Bermejo

Secretário

Claudio Antonio Ramos Rodriguez

Vogais

Antonio Erazo Campuzano
Antonio Huertas Mejías
António Manuel Cardoso Belo
Bernabé Gordo Pin
Filipe Dumond dos Santos
Jesús Garcia Arranz
José Luis Joló Marin
Rafael Galarraga Solores

Mesa da Assembleia Geral**Presidente**

Agustín Bernal de la Cuesta

Secretário

António Manuel Cardoso Belo

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA

Comissão Executiva**Presidente**

Agustín Bernal de la Cuesta

Vice-presidente

António Manuel Cardoso Belo

Vogais

Antonio Huertas Mejías
Bernabé Gordo Pin

Orgãos de Gestão Interna**Administradores Delegados**

Agustín Bernal de la Cuesta
António Belo

Assessoria Jurídica

Pedro Ribeiro e Silva

Serviços de Vendas

António Belo
Manuel Alcântara

Serviços Pós-venda

António Fernandes (Serviços)
João Gama (Sinistros)

Serviços de Desenvolvimento de:**Pessoas**

Ana Teresa Ramos

Mercado (Marketing)

Carlos Teixeira

Produtos

José Armínio
João Monteiro
Ana Reis
Lurdes Póvoas (Estudos técnicos)

Métodos

Ana Teresa Ramos

Tecnologias

Pedro Valente
José De Abreu

Financeiro

Vitor Reis





*Relatório
de Gestão 2004*

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2004

I – ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO

À semelhança dos anos anteriores, em 2004, continuou a verificar-se um fraco desempenho da economia portuguesa.

É verdade que o produto interno bruto inverteu a tendência de decréscimo que vinha a seguir mas não é menos verdade que o seu comportamento não foi homogéneo ao longo do ano, tendo-se verificado um abrandamento assinalável a partir do terceiro trimestre, o que leva a pensar que a tão ansiada retoma ainda não se encontra consolidada.

Por outro lado, ao contrário do previsto, esta evolução assentou bastante no aumento do consumo privado, em detrimento das exportações, o qual teve um crescimento relevante na primeira metade do ano, acabando por desvanecer-se na segunda metade.

A acompanhar o aumento do consumo privado esteve a redução da taxa de poupança, o que explica que tenha aumentado o endividamento que, como é evidente, é um factor restritivo do crescimento.

Para além disso, o sector externo deu um contributo negativo pois, embora as exportações tenham revelado uma evolução positiva não foram a locomotiva esperada da economia e as importações tiveram um crescimento acentuado, contrariando a tendência dos anos anteriores, influenciadas, entre outros factores, pelo aumento do preço do petróleo que alcançou sucessivos recordes.

O consumo público apresentou um crescimento discreto, como consequência da necessidade de contenção da despesa, em função do desequilíbrio estrutural das contas públicas que se vem a verificar há vários anos e que ainda não se encontra resolvido, tendo obrigado, mais uma vez, ao recurso a medidas extraordinárias para conseguir manter o déficit dentro de níveis aceitáveis no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento.



Sede Lisboa.

A taxa de desemprego voltou a aumentar, reflectindo o fraco dinamismo económico e constituindo, em si mesmo, um factor de recessão, uma vez que não favorece o consumo e implica um aumento da despesa pública, por via dos subsídios sociais.

Face à ausência de pressões inflacionistas, verificou-se um decréscimo no índice de preços no consumidor, enquanto que a taxa de juro se manteve estável, não tendo sido, por isso, um factor de perturbação económica.

Pela sua importância, não podemos deixar de referir que a evolução económica descrita sofreu a influência da situação de instabilidade política vivida no país, em consequência da substituição do governo, por altura do Verão, culminando com a sua demissão, já muito perto do final do ano.

Para o futuro, as previsões do Banco de Portugal são moderadas, apontando para taxas de crescimento do produto interno bruto da ordem dos 1,6% e 2% em 2005 e 2006, respectivamente.

Estas previsões têm em conta a necessidade de continuar a corrigir o déficit público, com os constrangimentos para o crescimento económico daí decorrentes, no curto prazo, deixando à actividade privada e às exportações o papel de empurrar o crescimento.

Contudo, é necessário que se confirmem as expectativas de crescimento do comércio internacional e que as empresas portuguesas sejam capazes de aumentar a competitividade, para o que será necessária contenção nos incrementos salariais.

Por outro lado, no campo político mas com influência na economia, não podemos ignorar que 2005 será um ano de eleições, previstas para Fevereiro, o que significa que, durante grande parte do ano, não estarão criadas as condições de estabilidade, nem serão colocadas em marcha as reformas necessárias.

Isto significa que é grande o desafio que a economia tem pela frente e que o clima não é propício a crescimentos acelerados dos volumes de negócios das empresas, pelo que, mais do que nunca, estas deverão apostar na qualidade e ser capazes de inovar para marcar a diferença e, assim, se desenvolverem.

INDICADORES ECONÓMICOS

Conceito	Anos			
	2001	2002	2003	2004 *
Produto Interno Bruto (a)	1,7	0,4	(1,3)	1,1
Investimento (a)	0,1	(5,3)	(9,6)	1,8
Consumo privado (a)	1,3	0,6	(0,7)	2,2
Consumo público (a)	3,4	2,8	0,5	0,6
Procura interna (a)	1,3	(0,5)	(2,5)	1,9
Exportações (a)	1,8	2,1	4,1	6,8
Importações (a)	0,9	(0,4)	(0,5)	8,2
Taxa de desemprego	4,1	5,1	6,3	6,5
Índice de preços no consumidor (b)	4,4	3,6	3,3	2,3
Taxa de juro Euribor a 1 mês (b)	3,3	2,9	2,1	2,1
Déficit das contas públicas (c)	4,3	2,7	2,9	2,9

Percentagem.

Fontes: Banco de Portugal e INE

* Previsão excepto taxa de juro Euribor

(a) Taxa de variação homóloga

(b) Taxa de variação média

(c) Taxa em 31 de Dezembro

(d) Em percentagem do P.I.B.

II – ACTIVIDADE SEGURADORA

Conforme se pode observar nos quadros abaixo, ao longo dos últimos anos, o ramo vida tem vindo a reforçar a sua preponderância, talvez como consequência de ter dirigido os seus esforços para a comercialização de produtos mais associados à captação de poupanças, em detrimento dos de risco puro.

Por sua vez, os ramos não vida têm vivido alguma estagnação fruto da falta de inovação que os tem caracterizado, ancorando o seu desenvolvimento nos seguros obrigatórios, o que leva a que estejam muito dependentes da situação económica, a qual, como se caracterizou no capítulo anterior, tem sido depressiva.

Ainda que, no caso do ramo vida, o factor fiscalidade tenha dado um impulso relevante ao desenvolvimento de produtos relativamente jovens, como por exemplo os PPR- Planos Poupança Reforma, a verdade é que não é possível encontrar paralelo nos ramos não vida, quer seja ao nível do lançamento de raiz de novos produtos como de reformulação dos produtos tradicionais.

PRÉMIOS DE SEGURO SOBRE O P. I. B.

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003
Ramo vida	3,63	3,51	4,13
Ramos não vida	2,83	2,97	3,09
Total	6,46	6,48	7,22

Percentagem.

Fonte: APS.

PRÉMIOS DE SEGURO POR HABITANTE

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003
Ramo vida	435	439	517
Ramos não vida	340	371	387
Total	775	811	904

Euros.

Fonte: APS

Escritório de Águeda.



No que concerne ao ano 2004 houve um facto que prendeu as atenções: o processo de venda da Seguros e Pensões, por parte do Banco Comercial Português.

Sendo um processo que transitou do ano 2003, depois de alguns avanços e recuos, conforme foi veiculado pela comunicação social, a venda acabou por concretizar-se, cabendo ao grupo Caixa Geral de Depósitos a fatia dos ramos não vida e ao grupo Fortis a parte dos ramos vida.

Dada a dimensão das seguradoras dos ramos não vida envolvidas, a Império Bonança, a ICI e a Ocidental, por parte dos vendedores e a Fidelidade Mundial, por parte dos compradores, desde logo se levantaram algumas dúvidas relacionadas com a concentração, que acabaram por não ser acolhidas, na sua essência, pela Alta Autoridade para a Concorrência que deu luz verde ao negócio, nos últimos dias do ano, confirmando a indicação, no mesmo sentido, emanada do Instituto de Seguros de Portugal.

Seja como for, com a concretização deste negócio, conforme se pode verificar no quadro seguinte, é inegável o reforço da concentração que já se verificava, pelo que é com expectativa que se aguarda o decurso dos próximos anos.

QUOTA DE MERCADO NOS RAMOS NÃO VIDA

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
3 primeiras seguradoras	38,4	43,4	40,5	57,8
5 primeiras seguradoras	54,4	58,6	55,9	72,9

Percentagem.

Fonte: APS.

Quanto à evolução do negócio, com uma conjuntura económica como a descrita no capítulo anterior não será de estranhar que o sector segurador, em especial nos ramos não vida, tenha tido um exercício discreto.

Com efeito, o crescimento do prémios nos ramos não vida foi bastante reduzido, situando-se nos 3,1%, considerando os ramos explorados pela MAPFRE e em 3,5% no conjunto dos ramos, valor este que é muito pouco superior à inflação.

No que diz respeito ao desempenho técnico, embora ainda não estejam disponíveis os dados de encerramento, deverá apresentar uma evolução positiva, não porque tenham sido conhecidas medidas endógenas ao seu funcionamento mas porque a conjuntura da sinistralidade foi favorável, conforme mostram as estatísticas da Associação Portuguesa de Seguradores relativas ao mês de Novembro.

É um facto que a sinistralidade rodoviária tem vindo a registar progressos, ao longo dos últimos anos e isso tem-se vindo a reflectir positivamente na actividade seguradora, tanto mais que o ramo automóvel é aquele que tem maior expressão.

Para além disso, a estação invernososa não foi especialmente má e apenas o período de incêndios, no Verão, trouxe algumas preocupações mas, ainda assim, sem um impacto desmesurado.

Por seu lado, os mercados bolsistas, ainda que não tivessem tido um desempenho extraordinário, não influenciaram negativamente as contas das seguradoras.



Por tudo isto, prevê-se que os resultados da conta técnica dos ramos não vida venham a ser positivos.

Ao longo do ano continuou a falar-se bastante nas novas normas de contabilidade – as *I.A.S. International Accounting Standard* – bem como do projecto “Solvência II”.

Contudo, os avanços não foram muito significativos e a implementação da parte das *I.A.S.* relativa aos passivos, que se prevê venha a ter maior impacto ao nível da exigência de capital, foi adiada.

Para 2005 não se perspectivam grandes progressos, tendo em conta as fracas previsões económicas e a permanência dos condicionalismos relacionados com a solvência que ainda são muito incertos.

III – DESEMPENHO DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

1. Actividade em geral

Tendo como enquadramento os grandes objectivos do Sistema MAPFRE, no ano 2004, foi dada continuidade ao plano estratégico traçado até 2006 que, recorde-se, assenta nos seguintes programas:

- **Programa de crescimento**, cujo objectivo aponta para a obtenção de crescimentos da carteira de prémios significativamente superiores ao mercado
- **Programa de controle e redução de despesas de exploração**, o qual prevê a racionalização de gastos e de métodos, no sentido de aumentar a eficiência e, assim, aumentar a margem de exploração
- **Programa de melhoria de resultados**, de forma a permitir aumentar a remuneração dos capitais investidos
- **Programa de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável**, mediante o qual se pretende assumir e praticar acções que contribuam para o bem estar social

Por tudo o que foi dito anteriormente, em relação à conjuntura macro-económica e à evolução sectorial, não se afigurava fácil o ano 2004 mas, uma vez terminado o exercício, estamos em condições de afirmar que foi mais um ano de sucesso da MAPFRE Seguros Gerais, SA.

Como se poderá verificar mais adiante, pela análise detalhada dos diversos indicadores de gestão, o desempenho económico mostra uma evolução bastante positiva e sustentada, sendo de destacar:

- ter atingido um volume de emissão de 78,61 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 18%, em relação ao ano anterior, cerca de 6 vezes o previsto para o mercado não vida, com o conseqüente aumento da quota de mercado;
- apresentar um resultado técnico puro (sem rendimentos financeiros) positivo e crescente;
- manter um elevado nível de solvência;

Porém não podemos restringir este sucesso apenas ao nível económico imediato.

Devemos destacar o labor levado a cabo ao longo do ano, pois, como sempre dissemos e insistimos, estamos convencidos de que os resultados económicos não são um fim em si mesmo mas sim uma consequência da forma e da atitude como encaramos os desafios e desenvolvemos a nossa actividade.

E, de facto, ao longo do ano, a atitude de todos aqueles que gravitam à volta da empresa – colaboradores, mediadores, corretores, fornecedores – foi fundamental para cimentar a posição da MAPFRE Seguros Gerais, SA, num período económico difícil e num mercado cada vez mais exigente.

Merecem o devido destaque, pois foram extraordinários de motivação, entusiasmo, dedicação e responsabilidade, sem o que não teria sido possível obter os resultados agora apresentados e encarar o futuro com confiança.

Como forma de tornar tangível a importância dos CLIENTES, promoveu-se a realização de um Livro Branco, projecto através do qual, solicitamos a todos os *stakeholders* (segurados, empregados, mediadores, fornecedores, instituições oficiais, associações de defesa do consumidor, etc.) que expressassem a sua opinião sobre como viam a MAPFRE Seguros Gerais, SA e como a gostariam de ver, desde a perspectiva de cada um.

Escritório de
Castelo Branco.



Foi muito gratificante a recolha destas opiniões, uma vez que, além de permitir ter um conhecimento real da nossa imagem, contribuiu para criar uma relação de maior proximidade.

No final, fez-se um resumo compilado das opiniões e sugestões e promoveu-se uma apresentação pública das conclusões e dos compromissos das acções a realizar.

E foi com o objectivo de satisfazer os CLIENTES, chegando até eles com elevada qualidade e eficácia, que se realizaram investimentos no desenvolvimento de ferramentas adequadas e capazes, de que são exemplos:

- as sucessivas melhorias introduzidas na aplicação **mediadores.mapfre.pt**, indispensável no relacionamento com mediadores para facilitar que estes possam desenvolver adequadamente a sua actividade e dispensar o melhor tratamento aos segurados;
- um **workflow** de facturas gerais e de sinistros, assente na digitalização e na automatização de tarefas, que permitiu incrementar de forma notável a produtividade e a qualidade de serviço;
- a migração para uma nova versão – **Tronweb** – do sistema informático de desenvolvimento do negócio, mais avançada tecnologicamente;

Em termos de esforço comercial, entre outras coisas, é importante destacar a parceria de distribuição de seguros com o Banco Bilbao Viscaya Argentaria, à qual se deu corpo no início do ano e ao longo dele se foi solidificando, revelando-se extremamente profícua, ao mesmo tempo que se procuraram desenvolver novas parcerias, com o Banco Nacional de Crédito e o Barclays Bank, que começaram a implementar-se no terreno já no final do ano e, certamente, darão os seus frutos a breve prazo.

Ao nível da comunicação, destaque para a Revista MSG que continuou a ser um elo forte de contacto com os segurados, incrementando a sua tiragem, atingindo aproximadamente os 100.000 exemplares na publicação do último trimestre do ano.



No que ao programa de responsabilidade social diz respeito, deu-se profundidade ao trabalho que, timidamente, tinha sido iniciado no ano 2003.

Em colaboração com a associação **Médicos do Mundo** e com o voluntariado de alguns empregados levaram-se a cabo inúmeras actividades, algumas pontuais e outras de carácter regular, quer em horário laboral como pós-laboral.

Instalou-se o “Contentor solidário”, no edifício da sede da empresa, no qual podem ser depositados medicamentos, alimentos, roupas, brinquedos, etc. e que se tem constituído num sucesso, pela quantidade de donativos regularmente recolhidos.

Além disso, realizaram-se acções de recolha de fundos para a associação Médicos do Mundo, bem como acções de apoio a idosos, às populações de bairros sociais problemáticos e aos sem abrigo, com o intuito de combater o isolamento social e promover a optimização das suas condições sanitárias.

Em termos de reconhecimento externo, há que referir que, como corolário da evolução francamente positiva verificada até ao final do ano 2003, em 2004, a MAPFRE Seguros Gerais, SA foi, mais uma vez distinguida, em duas vertentes:

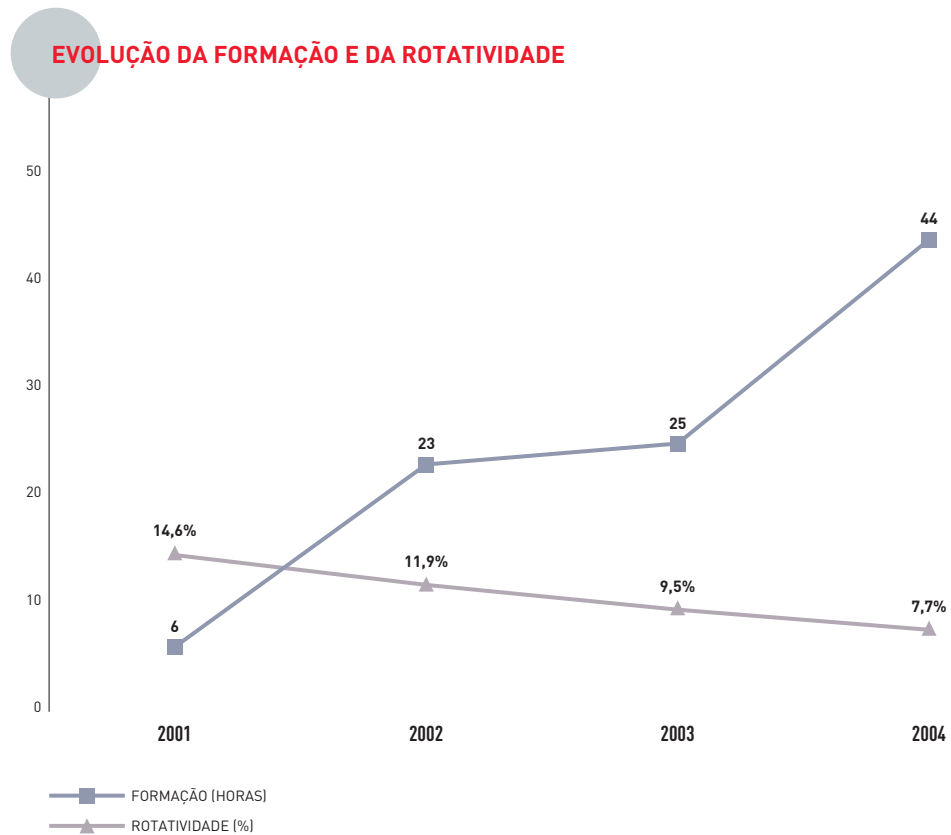
- como uma das melhores empresas de seguros, em termos económicos, segundo um estudo realizado pela Deloitte & Touche, em colaboração com a Dun & Bradstreet, publicado pela revista Exame;
- como a melhor empresa do sector segurador e a segunda melhor num contexto multisectorial, em Portugal, e uma das 100 melhores empresas europeias, distinção esta recolhida numa cerimónia que teve lugar em Londres, segundo um estudo sobre o clima laboral, denominado “Melhores empresas para trabalhar” e elaborado pelo Great Place To Work Institute, no qual os trabalhadores se pronunciam de forma anónima;



Para conseguir estes sucessos foi determinante o papel de todos os colaboradores que, no final do ano ascendiam a 233 (mais 2 que no ano anterior), com uma média de idades de 34 anos e um nível académico bastante interessante, na medida em que cerca de 40% possuem formação superior.

Sempre foi preocupação da empresa proporcionar a todos eles as melhores condições de trabalho e, em 2004, na senda do que vinha sendo prática nos anos anteriores, voltou a efectuar-se um esforço assinalável ao nível da formação, a qual atingiu, em média, as 44 horas por colaborador, o que significa um incremento de 76% em relação ao ano anterior.

Os resultados deste esforço de formação e do bom clima laboral existente, que foi evidenciado pelo estudo referido anteriormente, podem encontrar-se na taxa de rotatividade que apresenta uma tendência descendente, desde há quatro anos, passando de 14,6% em 2001 para 7,7% em 2004, ou seja, praticamente metade.



2. Indicadores económicos

2.1. Prémios emitidos

O exercício terminou com 78,61 milhões de euros de prémios brutos emitidos, mais 12 milhões que no ano anterior, correspondendo a um incremento de 18%.

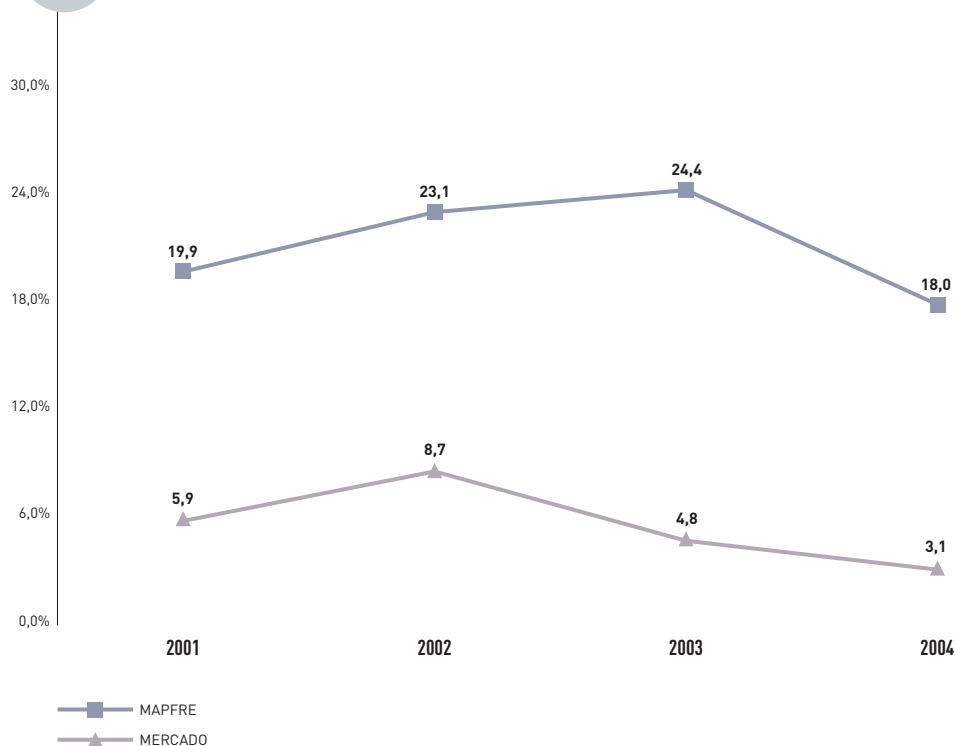
Ao longo dos últimos 4 anos, o crescimento acumulado superou o valor da carteira do ano 2002, facto revelador do dinamismo colocado em prática pela área comercial interna e pela rede de Agentes Delegados e demais mediadores e corretores.

EVOLUÇÃO DOS PRÉMIOS EMITIDOS					
Conceito	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Prémios emitidos	36,28	43,51	53,54	66,61	78,61
Crescimento prémios emitidos	2,80	7,22	10,03	13,07	12,00
Crescimento em %	8,4%	19,9%	23,1%	24,4%	18,0%

Prémios em milhões de euros.

Em comparação com o mercado, é de realçar o desempenho da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., na medida em que, mais uma vez, conseguiu superar amplamente o crescimento médio do mercado, este ano em aproximadamente 6 vezes, atingindo, assim, o objectivo de crescimento traçado no plano estratégico.

TAXA DE CRESCIMENTO DOS PRÉMIOS (EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



Fonte de dados de mercado: APS

Ramos explorados pela MAPFRE Seguros Gerais

Este desempenho teve como consequência o aumento da quota de mercado que, aliás, tem vindo gradualmente a aumentar, passando de 1,47% no ano 2000 para 2,17% em 2004, o que representa um incremento de 65%

QUOTA DE MERCADO

Conceito	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Prémios MAPFRE	36,28	43,51	53,54	66,61	78,61
Prémios mercado	2.761,10	2.962,46	3.301,87	3.460,42	3.610,89
Quota de mercado	1,31%	1,47%	1,62%	1,92%	2,17%

Prémios em milhões de euros.

Fonte dos dados de mercado: APS

Ramos explorados pela MAPFRE Seguros Gerais

Por ramos, este ano verificou-se um reforço do peso dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, que cresceram 20% e 24% respectivamente, face ao comportamento mais discreto dos ramos Diversos que cresceram apenas 5,4%.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR RAMOS

Ramo	Ano 2003		Ano 2004	
	Prémios	%	Prémios	%
Automóvel	43,95	66	52,64	67
Diversos	11,26	17	11,87	15
Acidentes Trabalho	11,40	17	14,10	18

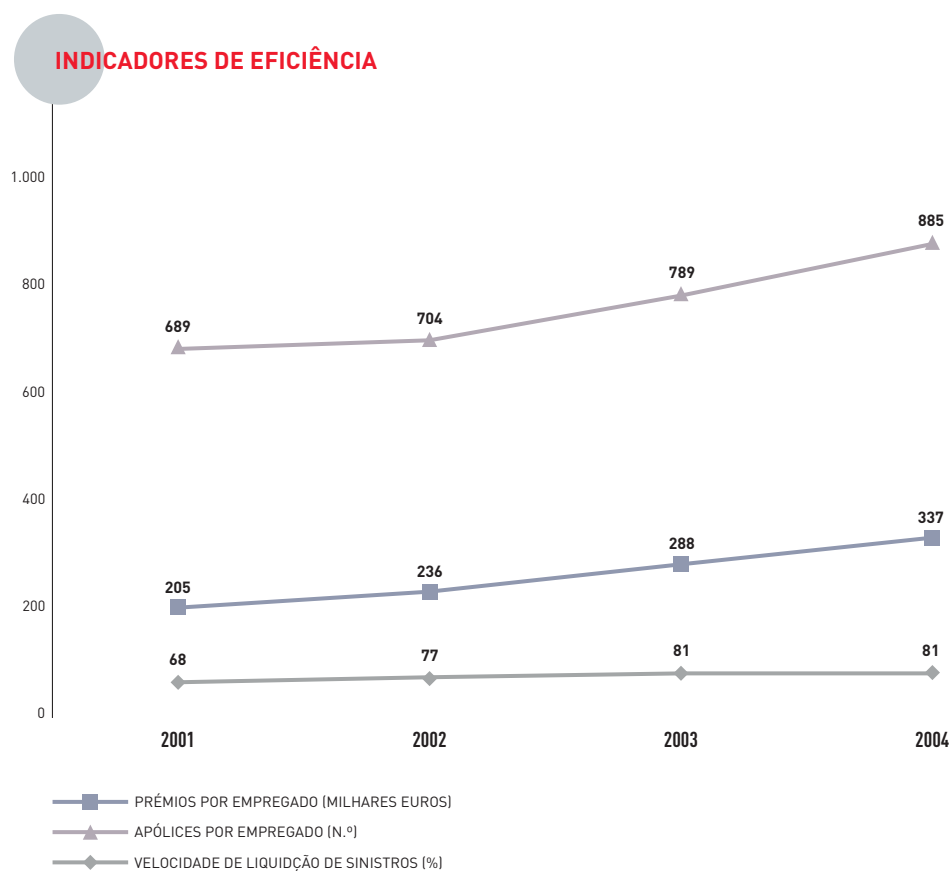
Prémios em milhões de euros.

2.2. Eficiência

Como já foi referido no ponto 1 deste capítulo, o quadro de colaboradores teve um incremento de apenas 2 efectivos.

Tendo em conta o crescimento conseguido este ano, foi dado novo impulso na produtividade por empregado, que subiu 14,5% em valor de prémios e 12,2% em número de apólices.

Também ao nível da gestão de sinistros, continuou a verificar-se um óptimo desempenho, mantendo-se a velocidade de liquidação nos 81%.



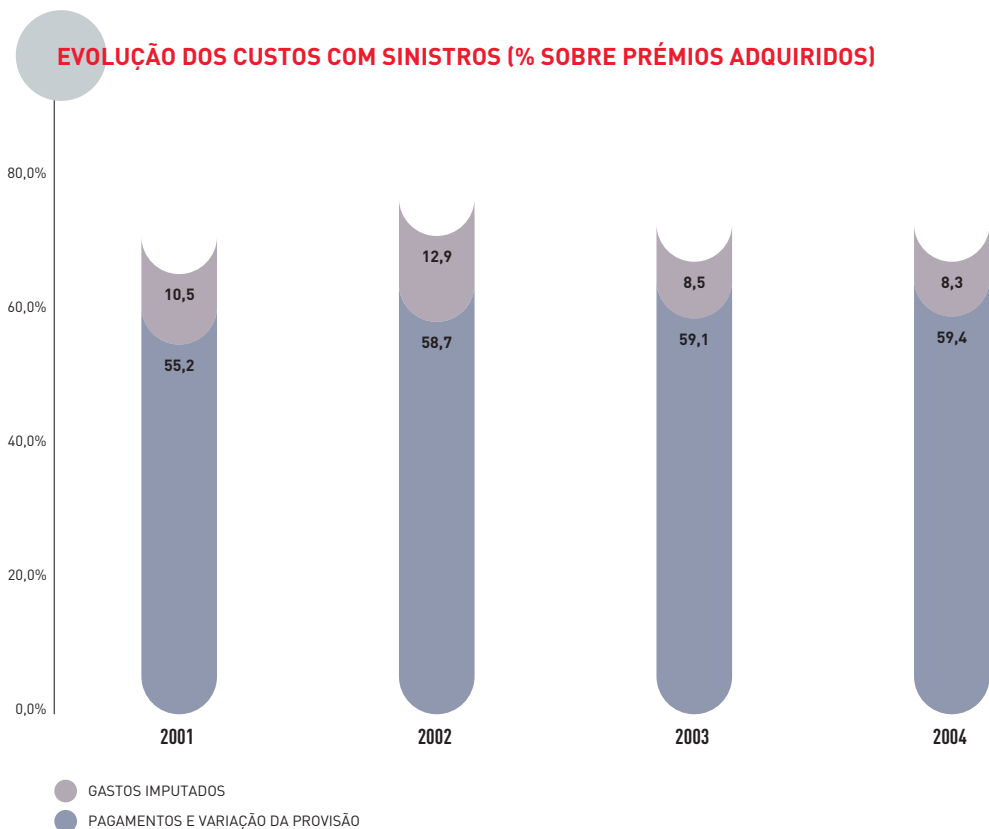
Estes resultados são consequência da aposta continuada no desenvolvimento de novos métodos apoiados em ferramentas inovadoras, capazes de proporcionar níveis de automatização e simplificação de tarefas bastante assinaláveis.

2.3. Custos com sinistros

Os mecanismos de subscrição estabelecidos, assentes num princípio de rigorosa selecção de riscos, acompanhados de uma gestão célere e apurada dos sinistros que privilegia os acordos extrajudiciais, bem como as parcerias com os prestadores de serviços, permitiu que a frequência da sinistralidade se mantivesse praticamente inalterada, situando-se nos 8,87% contra 8,34% no ano anterior e que o custo médio apenas se tivesse incrementado 1,64%, bastante abaixo da inflação, passando de 1.526 euros no ano passado para 1552 euros neste ano.

Em consequência, a taxa de sinistralidade calculada a prémios adquiridos acentuou a sua estabilidade, situando-se em 59,4%.

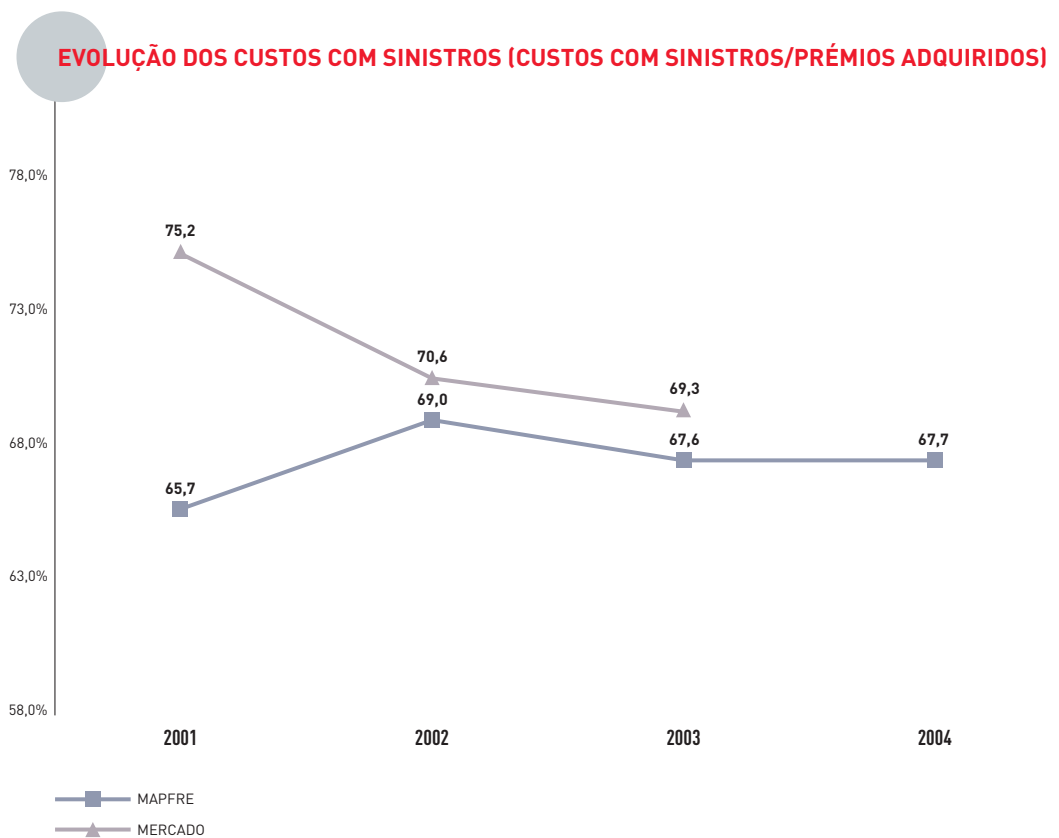
Quanto aos gastos gerais imputados a sinistros, desceram ligeiramente o seu peso em relação aos prémios adquiridos, beneficiando do facto dos gastos, na sua generalidade, terem incrementado proporcionalmente menos do que a produção, tal como se detalha no ponto 2.4.



Escritório de Évora.



Além da estabilidade referida e visível no gráfico anterior, a comparação da evolução dos custos com sinistros da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. com os do mercado, que se pode observar no gráfico seguinte, ainda que não estejam disponíveis os dados do mercado para o ano 2004, à data de elaboração deste relatório, mostra que os mesmos são sustentadamente inferiores, facto que destaca a gestão realizada nesta área.



2.4. Custos por natureza

Continuou a ser preocupação da gestão que o crescimento dos gastos fosse proporcionalmente inferior ao crescimento dos prémios, tal como estava definido no plano estratégico.

Contudo, houve necessidade de imputar 1,09 milhões de euros de despesas não correntes, relacionadas com:

- o reforço da provisão para uma contingência fiscal, da sociedade “Imocasais”, posteriormente transformada em MAPFRE Seguros Gerais, S.A., conforme se detalha no anexo às contas;
- o ajuste de um prémio de seguro de vida para garantia das responsabilidades com pensões, de forma a assegurar a cobertura integral das responsabilidades com os serviços passados;

Expurgando este valor, a fim de evitar distorções na análise, podemos concluir que se cumpriu o objectivo, tendo os custos por natureza a imputar diminuído um ponto percentual em relação aos prémios emitidos.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Custos com pessoal	6,23	6,87	7,34	7,96
% sobre prémios	14,3	12,8	11,0	10,1
Fornecimentos Serv. Externos	4,53	5,04	5,3	6,44
% sobre prémios	10,4	9,4	8,0	8,2
Impostos e taxas	0,96	1,10	1,36	1,55
% sobre prémios	2,2	2,1	2,0	2,0
Amortizações (a)	0,78	0,84	0,81	0,83
% sobre prémios	1,8	1,6	1,2	1,1
Outros custos	0,07	0,1	0,14	0,04
% sobre prémios	0,2	0,2	0,2	0,1
Total dos custos por natureza	12,57	13,95	14,95	16,82
% sobre prémios	28,9	26,1	22,4	21,4

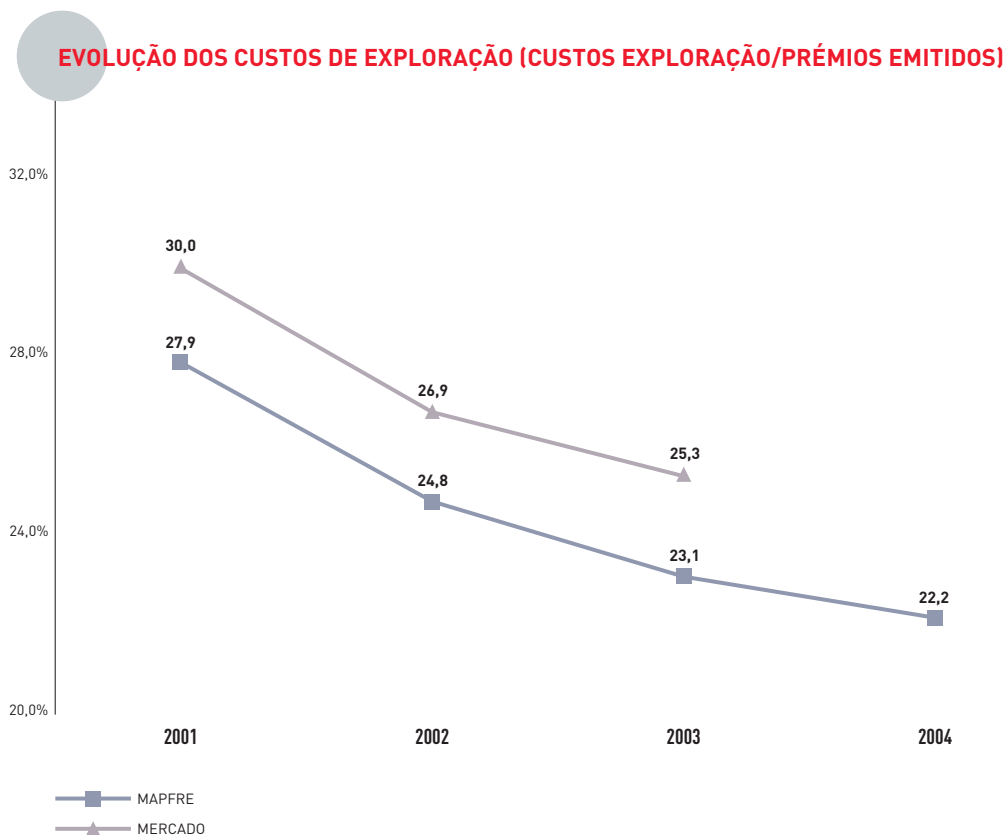
Milhões de euros.

(a) Sem amortização por compra da carteira da Aegon

2.5. Custos de exploração

Os custos de exploração, constituídos pelos custos de aquisição e pelos custos administrativos, sem o efeito da imputação das despesas não correntes indicadas no ponto 2.4., experimentaram uma redução significativa quando comparados com os prémios emitidos, por via das economias de escala conseguidas e pela aposta na venda directa, terminando em 22,2%

Tendo em conta a reduzida dimensão da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. seria até de esperar que a comparação com o mercado apontasse para uma maior ineficiência, apresentando rácios superiores, mas tal não se verifica, antes pelo contrário, o que evidencia a agilidade da estrutura.



2.6. Resseguro

O resultado do resseguro encontra-se influenciado por um movimento extraordinário de correção no cálculo de *burning cost*, que não diz respeito ao exercício, no montante aproximado de 0,63 milhões de euros.

Retirando esse efeito, ainda assim, o resultado de resseguro sobre os prémios brutos emitidos, teve uma evolução negativa, situando-se em -4,9%, uma vez que a ocorrência de poucos sinistros de ponta implicou um baixo nível de reembolso junto dos resseguradores.

EVOLUÇÃO DO RESSEGURO				
Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Result. Resseguro / Prémios br.	-3,0%	-2,4%	-3,3%	-4,9%

2.7. Rendimentos dos investimentos

O exercício de 2004, tal como o anterior, foi marcado pelos baixos níveis das taxas de juro, facto que não aconselha a realizar investimentos em instrumentos de longo prazo, sem prejuízo de se assegurar a adequada representação das provisões técnicas.

Neste contexto, apenas se realizou um pequeno reforço da carteira de títulos de rendimento fixo dirigindo-se as aplicações, especialmente, para depósitos bancários remunerados e para títulos de rendimento variável, neste caso sem contudo ultrapassar a fasquia prudente de 10% do total dos investimentos, mantendo a filosofia da empresa de privilegiar activos de baixo risco.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Conceito	Ano 2003		Ano 2004	
	Valor	%	Valor	%
Títulos de rendimento fixo	45,68	44,5	47,13	40,3
Títulos de rendimento variável	8,02	7,8	12,20	10,4
Imóveis	20,33	19,8	21,25	18,3
Empréstimos	0,31	0,3	0,5	0,4
Depósitos bancários	28,21	27,6	35,76	30,6
Total	102,55	100,0	116,84	100,0

Milhões de euros.

Passando à análise da rendibilidade, verificamos que ela decresceu em 2004, por via da já aludida baixa das taxas de juro, em conjunto com alterações na composição da carteira de títulos de rendimento fixo dado o vencimento daqueles que apresentam mais elevadas taxas de juro e sua substituição por outros em que essa taxa é bastante inferior.

TAXA DE RENDIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS

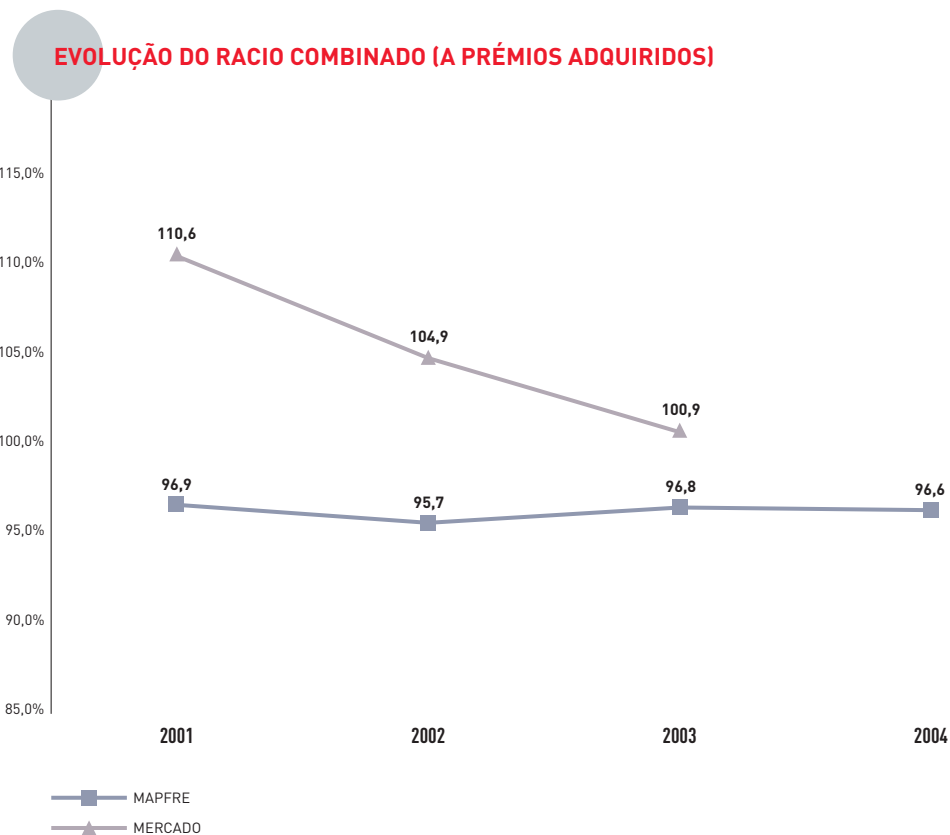
Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Investimento médio (milhões euros)	82,30	88,88	97,99	109,70
Taxa rendibilidade sem mais/ menos valias não realizadas	4,6%	4,8%	4,7%	3,7%
Taxa de rendibilidade total	5,3%	6,0%	5,5%	4,7%

2.8. Resultados

Face ao comportamento dos diversos indicadores descritos anteriormente, os resultados, corrigidos dos movimentos atípicos já explicitados nos comentários ao comportamento dos gastos e do resseguro, tiveram uma evolução crescente, dentro das expectativas.

De entre eles, destacamos o resultado técnico puro que, ao contrário do mercado, vem sendo consecutivamente positivo e bastante estável, sendo revelador de uma sã exploração do negócio.

O gráfico de evolução do rácio combinado que apresentamos é bastante ilustrativo dessa situação.

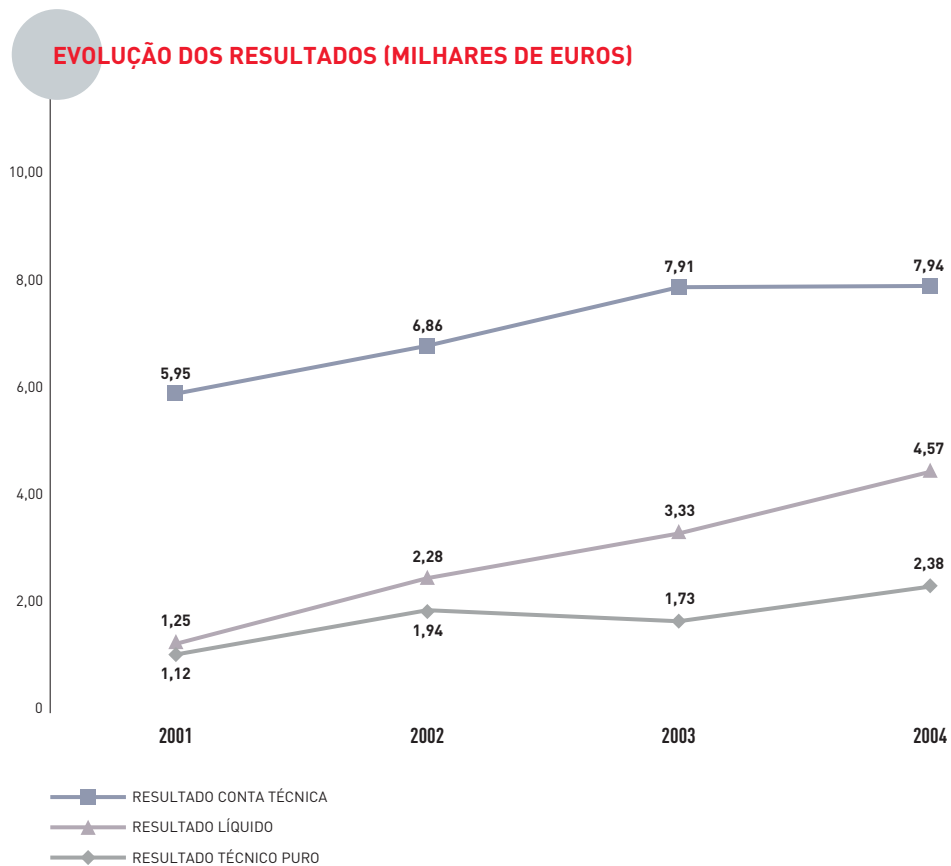


O resultado da conta técnica, apesar de crescente, abrandou um pouco esse crescimento, em função da descida de rentabilidade dos investimentos financeiros, conforme foi explicado em 2.6.

Os resultados líquidos, acompanharam essa tendência, agora que apenas se encontram influenciados pela amortização do fundo de comércio por compra da carteira da Aegon, uma vez que terminou no ano anterior a amortização da carteira da MAPFRE Seguros Generales.

Escritório de
Paços de Ferreira.





Como consequência destes resultados, os diversos rácios de rentabilidade apresentam uma boa evolução.

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Resultado técnico puro / Prémios brutos	2,6	3,6	2,6	3,0
Resultado conta técnica / Prémios brutos	13,7	12,8	11,9	10,1
Resultado líquido / Prémios brutos	2,9	4,3	5,0	5,8
Resultado técnico puro / Fundos próprios	2,8	4,7	3,9	4,9
Resultado conta técnica / Fundos próprios	15,0	16,5	17,9	16,4
Resultado líquido / Fundos próprios	3,1	5,5	7,5	9,4
Resultado técnico puro / Activo líquido	1,0	1,7	1,4	1,6
Resultado conta técnica / Activo líquido	5,5	6,0	6,3	5,5
Resultado líquido / Activo líquido	1,1	2,0	2,6	3,2

Percentagem.

2.9. Solvência

Os rácios de solvência continuam a ser bastante elevados, reflectindo a forte capitalização da empresa e a prudência na constituição das provisões, apesar de, como é natural, terem vindo a decrescer um pouco, fruto do crescimento acelerado.

Tal como já observamos aquando da análise efectuada no final do ano de 2003, os níveis de solvência actuais permitirão sustentar os crescimentos futuros e encarar sem preocupações as acrescidas exigências que venham a ser ditadas pelas novas I.A.S. – *International Accounting Standard*.

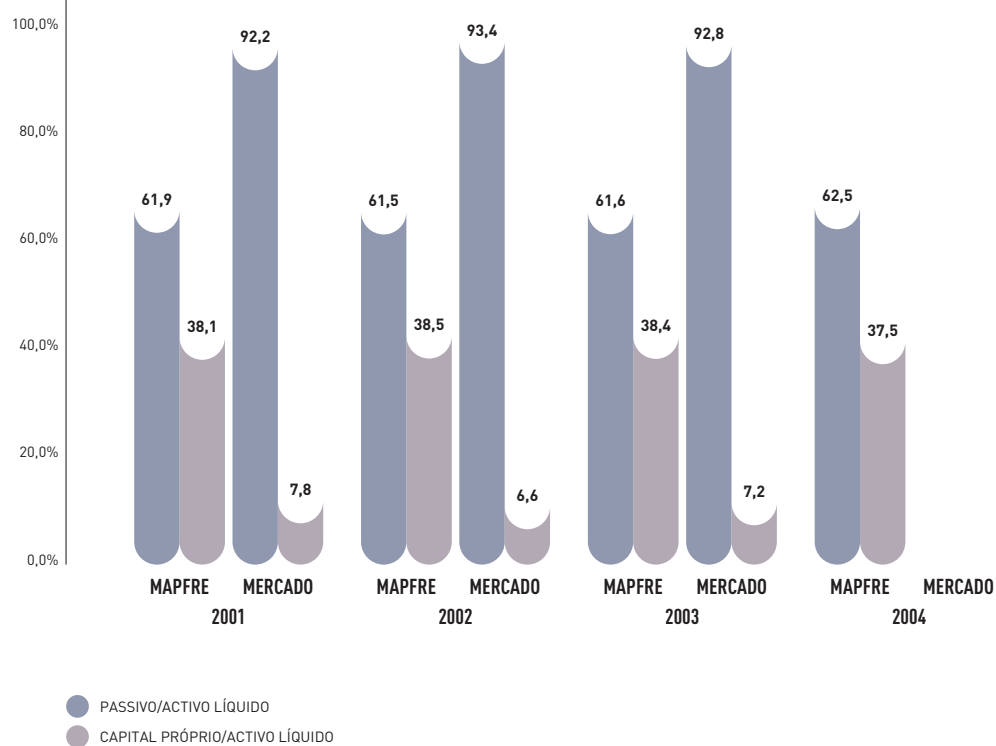
EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DE SOLVÊNCIA

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Margem de solvência	572%	549%	493%	447%
Suficiência de capitalização *	222%	191%	169%	163%

* Fundos próprios mais provisões técnicas sobre prémios emitidos.

Por sua vez, a estrutura de capitais, como se pode ver no gráfico seguinte, tem apresentado uma impressionante estabilidade com forte componente do capital próprio, revelador do compromisso dos accionistas.

ESTRUTURA DE CAPITALS



Fonte de dados de mercado: APS.

No que respeita à cobertura das provisões técnicas, ela continua bastante elevada, tendo-se reforçado em 2004, situando-se em 154,2%.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Cobertura das provisões técnicas	145,6%	145,6%	147,1%	154,2%

2.10. Cobranças

Ao longo do ano 2004 foi dada uma atenção especial a esta componente da actividade, nomeadamente com o desenvolvimento de uma nova funcionalidade na aplicação *mediadores.mapfre.pt* que permite aos diversos mediadores terem acesso, em tempo real, à consulta e impressão de recibos e cartas verdes.

Esta funcionalidade veio contribuir para a desburocratização do processo de cobranças a qual, aliada ao esforço de toda a organização territorial, permitiu atingir um volume total de cobranças de 86,83 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior.

Isto significou uma recuperação na percentagem do valor dos recibos pendentes de cobrança, em relação aos emitidos, a qual diminuiu de 11,6% para 10,7%.

Como é natural, o índice de cobrança dos recibos mais recentes foi superior aos que se encontram em processos de contencioso, pelo que o peso da provisão para recibos por cobrar no total destes, aumentou para 28%.

EVOLUÇÃO DAS COBRANÇAS

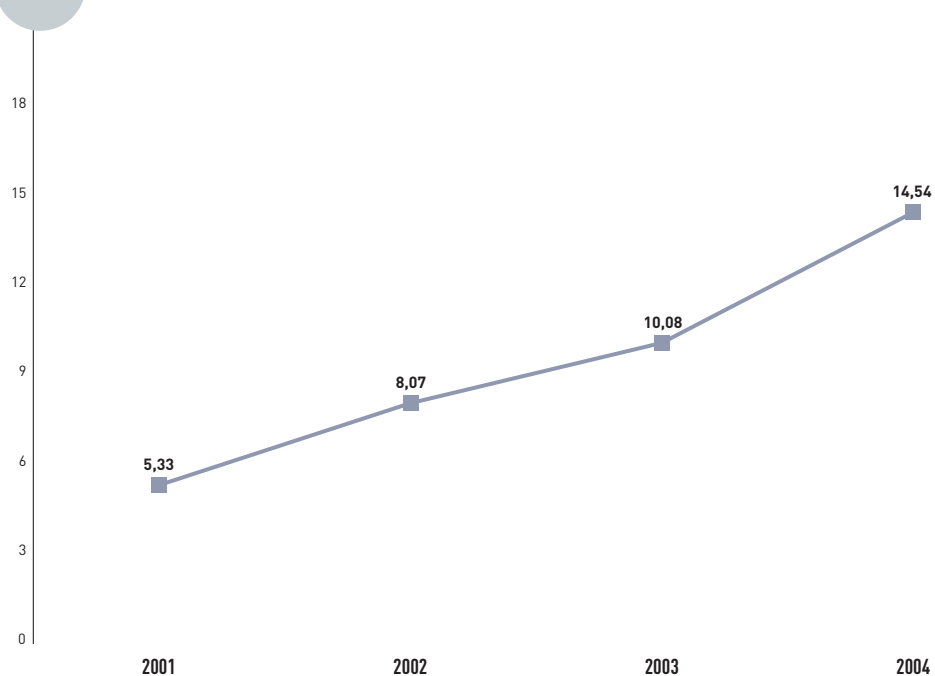
Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Prémios por cobrar /				
Prémios brutos emitidos	16,6%	12,2%	11,6%	10,7%
Provisão recibos por cobrar /				
Prémios por cobrar	24,9%	22,2%	25,4%	28,0%
Prazo médio de cobrança (dias)	55	47	39	38

2.11. Fluxo de caixa

O fluxo de caixa acentuou a sua tendência crescente atingindo os 14,54 milhões de euros.

Nesse sentido concorreram o crescimento do volume de negócios conseguido, o bom comportamento das cobranças e o valor disponível para aplicações financeiras geradoras de rendimentos, fruto da forte capitalização da empresa, por via da não distribuição de resultados que tem vindo a ser permitida pelos accionistas.

EVOLUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MILHÕES DE EUROS)



3. Perspectivas para o futuro

No último trimestre do ano, o Sistema MAPFRE levou a cabo uma reestruturação importante, com o objectivo de tornar mais ágil toda a sua rede de distribuição que é já de uma dimensão bastante considerável, tendo em vista aproximar-se cada vez mais do cliente e manter solidas as bases de desenvolvimento futuro face aos desafios com que se defronta dia a dia.

Nesse sentido, o Administrador Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, SA - Esteban Pedrayes – foi chamado para o desempenho do alto cargo de Conselheiro Delegado e Director Geral de uma das mais importantes empresas do grupo - a MAPFRE Seguros Generales – e procedeu-se à reformulação dos órgãos sociais, já perto do final do ano, com a eleição de um novo Conselho de Administração, destacando-se as nomeações de Agustín Bernal, como Presidente Administrador Delegado e António Belo como Administrador Delegado e Director Geral.

*Escritório de
Paredes.*



Ponto importante da reestruturação foi a fusão das redes de distribuição das diversas empresas integrantes do grupo, projecto em que se começou a trabalhar na parte final do ano, já com o novo Conselho de Administração em funções, ficando completamente operacional no início de 2005, pelo que, a partir dessa data as redes comerciais da MAPFRE Seguros Gerais, SA e da MAPFRE Vida Agência Geral, passaram a operar sob uma única identidade MAPFRE, com o objectivo de aproveitar as potencialidades conjuntas da rede para incrementar o esforço de crescimento, já de si significativo, que se tem vindo a levar a cabo.

Enquadrado por esta filosofia, o plano estratégico, anteriormente definido até 2006, foi actualizado e estendido para enquadrar a actividade até 2007, prevendo:

- a continuação de crescimentos do volume de negócios bastante superiores ao mercado, o qual deverá atingir os 128 milhões de euros em 2007, significando um incremento de cerca de 65%;
- o reforço e a consolidação da rede de distribuição, quantitativa e qualitativamente, com a aposta na abertura de novos Agentes Delegados;
- a manutenção de uma rigorosa política de subscrição, no sentido de assegurar índices de sinistralidade ao nível dos actuais, para assim prosseguir o equilíbrio técnico;
- o desenvolvimento de novos métodos e ferramentas, com o intuito de aumentar a produtividade e assim favorecer a margem de exploração;
- a assunção de compromissos no âmbito da responsabilidade social;

No caso concreto do objectivo de crescimento, para preparar as bases que o sustentarão no futuro, prevê-se realizar investimentos na promoção da actividade e na expansão da rede comercial, nomeadamente através da abertura de escritórios de agentes delegados, razão pela qual se orçamentou um reforço nos gastos que pretendemos seja absorvido pelo crescimento previsto.

Estamos em crer que, com a colaboração de todos os envolvidos, estará ao alcance da MAPFRE Seguros Gerais, SA, atingir os objectivos propostos.

Escritório do Porto.



4. Factos relevantes depois do encerramento

Pelo terceiro ano consecutivo, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A.. foi seleccionada como a melhor seguradora em ambiente de trabalho e a terceira num contexto multisectorial, segundo o reputado estudo do *Great Place to Work Institute*.

Uma vez mais nos sentimos orgulhosos desta distinção que queremos e devemos dedicar a todos os empregados, que são aos autênticos protagonistas desta sucessão de prémios que ano após anos temos vindo a receber.

IV – AGRADECIMENTOS

Já a propósito da actividade da empresa, descrita no capítulo III deste relatório, tivemos oportunidade de destacar o desempenho de alguns intervenientes.

Contudo, gostaríamos de alargar o nosso reconhecimento a todos aqueles - e foram muitos - que, de uma forma ou outra, tiveram oportunidade de colaborar connosco e contribuir para a consolidação do projecto MAPFRE em Portugal.

O nosso muito obrigado aos clientes que confiam em nós e a quem queremos garantir que continuaremos a trabalhar com a qualidade que esperamos de uma entidade como a MAPFRE.

Um obrigado especial aos empregados, que são o coração da empresa, bem como aos agentes delegados que nos representam com o máximo profissionalismo e nos têm distinguido com a sua fidelidade.

O nosso agradecimento, também, aos mediadores e corretores que nos têm facilitado o acesso aos clientes, aos fornecedores que nos têm apoiado na prestação de um serviço de qualidade e aos resseguradores que nos têm disponibilizado os seus programas.

*Escritório de
Vila Nova de Gaia.*





Queremos ainda destacar a colaboração do Instituto de Seguros de Portugal, da Associação Portuguesa de Seguradores e do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único.

Finalmente, agradecemos a confiança depositada pelos accionistas e reiteramos o nosso compromisso de não defraudar as suas expectativas.

V – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

À semelhança dos anos anteriores, propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.283.671,58 euros, seja totalmente incorporado no capital próprio da empresa, mediante a seguinte aplicação:

- reserva legal: 328.367,16 euros
- reserva livre: 2.955.304,42 euros





Contas anuais

Balanço

C E E	ATIVO	EXERCÍCIO			Exercício anterior Activo Líquido	
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido		
B	25+272+275	Imobilizações incorpóreas	14.473.028,40	13.703.086,26	769.942,14	1.196.924,11
C		Investimentos				
I		Terrenos e edifícios	21.254.895,27		21.254.895,27	20.332.125,94
	20xx00+22000+22100+2300	De serviço próprio	18.914.288,72		18.914.288,72	18.392.642,40
	20xx01+22001+22101+2301	De rendimento	2.340.606,55		2.340.606,55	1.904.567,69
	270+273	Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	0,00		0,00	34.915,85
II		Investimentos em empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	0,00
1	20xx10+22010+22110+2310	Partes de capital em empresas do grupo			0,00	0,00
2	20xx11+22011+22111+2311	Obrigações e outros empréstimos a emp. do grupo			0,00	0,00
3	20xx12+22012+22112+2312	Partes de capital em empresas associadas			0,00	0,00
4	20xx13+22013+22113+2313	Obrigações e outros empréstimos a emp. associadas			0,00	0,00
III		Outros investimentos financeiros	74.833.719,46		74.833.719,46	68.903.999,51
1	20xx20+22020+22120+2320	Ações, outros títulos de rendim. variável e unidades de participação em fundos de investimento	12.195.836,19		12.195.836,19	8.022.227,89
2	20xx21+22021+22121+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	47.134.635,94		47.134.635,94	45.676.395,79
4	20xx22+22022+22122+2322	Empréstimos hipotecários	0,00		0,00	0,00
5	20xx23+22023+22123+2323	Outros empréstimos	503.247,33		503.247,33	305.375,83
6	20xx24+22024+22124+2324	Depósitos em instituições de crédito	15.000.000,00		15.000.000,00	14.900.000,00
7	20xx25/6+22025/6+22125/6+2325/6	Outros	0,00		0,00	0,00
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	6.133.321,51		6.133.321,51	5.738.582,53
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	2.596.897,33		2.596.897,33	2.382.361,63
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
3	3401+3411+3501+3511	Provisão para sinistros	3.536.424,18		3.536.424,18	3.356.220,90
4	3402+3412+3502+3512	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
5	3503+3513	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00		0,00	0,00
E		Devedores	17.833.856,72	2.938.236,55	14.895.620,17	12.838.607,67
I		Por operações de seguro directo				
	400+410+420+4700	Empresas do grupo	0,00		0,00	0,00
	401/2+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	403+413+423+4703	Outros devedores	15.625.534,63	2.632.516,55	12.993.018,08	10.514.372,09
II		Por operações de resseguro				
	430+440	Empresas do grupo	210.000,00		210.000,00	0,00
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	433+443	Outros devedores	80,10		80,10	201.579,48
III		Por outras operações				
	4730	Empresas do grupo	0,00		0,00	0,00
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	46+4733+474+475	Outros devedores	1.998.241,99	305.720,00	1.692.521,99	2.122.656,10
IV	472	Subscritores de capital	0,00		0,00	0,00
F		Outros elementos do activo	28.689.476,23	5.262.782,77	23.426.693,46	15.124.560,49
I	26+271+274	Imobilizações corpóreas e existências	7.932.311,67	5.262.782,77	2.669.528,90	1.812.238,34
II	50+51	Depósitos bancários e caixa	20.757.164,56		20.757.164,56	13.312.322,15
IV	28	Outros	0,00		0,00	0,00
G		Acréscimos e diferimentos	1.852.884,72		1.852.884,72	2.017.472,76
I	4800	Juros a receber	1.790.201,53		1.790.201,53	2.004.813,91
II-III	4801+4802+481	Outros acréscimos e diferimentos	62.683,19		62.683,19	12.658,85
Total do Activo			165.071.182,31	21.904.105,58	143.167.076,73	126.152.273,01

Valores em euros.

C E E		PASSIVO	Exercício	Exercício anterior
A		Capital próprio	52.897.561,56	48.493.112,75
I	10	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
II	11	Prémios de emissão	2.979.548,04	2.979.548,04
III		Reservas de reavaliação		
	12000	Reavaliação regulamentar	5.780.645,43	4.659.868,20
	12001+1201	Reavaliação legal	0,00	0,00
IV		Reservas		
	121	Reserva legal	798.328,93	465.329,29
	122	Reserva estatutária	0,00	0,00
	123	Outras reservas	6.946.717,58	3.949.720,81
V	19	Resultados transitados	0,00	0,00
VI	88	Resultado do exercício	3.283.671,58	3.329.996,41
B	14	Passivos subordinados	0,00	0,00
B-A	16	Fundo para dotações futuras	0,00	0,00
C		Provisões técnicas	74.073.674,51	64.291.743,90
1	310+330	Provisão para prémios não adquiridos	23.785.601,22	20.416.787,61
2	300+320	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3		Provisão para sinistros		
	301+321	De vida	0,00	0,00
	3110+3310	De acidentes de trabalho	13.529.268,76	11.715.329,38
	3111+3311	De outros ramos	36.572.320,02	31.987.563,85
4	302+312+322+332	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
5	313+333	Provisão para desvios de sinistralidade	186.484,51	154.131,82
6	314+334	Outras provisões técnicas	0,00	17.931,24
D	303+323	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00	0,00
E		Provisões para outros riscos e encargos	901.240,72	215.350,00
1	4920+4921	Provisões para pensões	0,00	0,00
2	4922	Provisões para impostos	901.240,72	215.350,00
3	4923	Outras provisões	0,00	0,00
F	45	Depósitos recebidos de resseguradores	-4.158,49	59.757,41
G		Credores	12.868.154,85	10.945.725,44
I		Por operações de seguro directo		
	400+410+420	Empresas do grupo	0,00	0,00
	401+402+411+412+421+422	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	403+413+423	Outros credores	6.474.892,03	4.534.384,41
II		Por operações de resseguro		
	430+440	Empresas do grupo	2.380.141,92	0,00
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	433+443	Outros credores	100.532,41	987.501,20
IV		Empréstimos bancários		
	4710	De empresas do grupo	0,00	0,00
	4711+4712	De empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	4713	Outros credores	0,00	0,00
V	46	Estado e outros entes públicos	3.233.457,04	5.219.667,35
V		Credores diversos		
	4730	Empresas do grupo	0,00	0,00
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	4733+474+475	Outros credores	679.131,45	204.172,48
H	482+483	Acréscimos e diferimentos	2.430.603,58	2.146.583,51
Total do Passivo			143.167.076,73	126.152.273,01

Valores em euros.

Conta de ganhos e perdas

C E E		CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR		
I		Conta técnica do seguro não vida						
1		Prémios adquiridos líquidos de resseguro						
a)	701+703	Prémios brutos emitidos	78.607.165,30			66.609.787,42		
b)	711+713	Prémios de resseguro cedido	-10.220.851,50	68.386.313,80		-8.812.481,37	57.797.306,05	
c)	6110+6130	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-4.130.405,58			-4.982.704,53		
d)	61500+61510	Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	259.103,73	-3.871.301,85	64.515.011,95	567.304,29	-4.415.400,24	53.381.905,81
		Proveitos dos investimentos						
		Rendimentos de partes de capital						
	742010+742110	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	742020+742120	Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	
		Rendimentos de outros investimentos						
	742011/2+742111/2	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	74200+742021/2+74203+	Outros	4.343.370,45	4.343.370,45		4.370.600,54	4.370.600,54	
	74210+742121/2+74213							
	752+7541+7552	Ganhos realizados em investimentos		26.645,58	4.370.016,03		579.934,38	4.950.534,92
	762	Mais-valias não realizadas de investimentos			1.212.719,50			868.929,12
3	7901	Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro			31.182,77			1.049,95
		Proveitos técnicos			70.128.930,25			59.202.419,80
4		Custos com sinistros, líquidos de resseguro						
a)		Montantes pagos						
aa)	6010+6030	Montantes brutos	44.419.650,18			39.613.974,48		
bb)	60500+60510	Parte dos resseguradores	-3.383.880,29	41.035.769,89		-4.241.245,24	35.372.729,24	
b)		Provisão para sinistros (variação)						
aa)	6011+6031	Montante bruto	6.398.695,55			2.070.250,55		
bb)	60501+60511	Parte dos resseguradores	-180.203,28	6.218.492,27	47.254.262,16	79.498,52	2.149.749,07	37.522.478,31
5	6112/3+6132/3-61501-61511	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)			-17.931,24			-81.967,76
6	621+623-625	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00			0,00	
7		Custos de exploração líquidos						
a)	6301+6303	Custos de aquisição	14.797.934,13			12.662.976,87		
b)	6311+6313	Custos de aquisição diferidos (variação)	-761.591,97			-699.600,06		
c)	6321+6323	Custos administrativos	4.064.453,66			3.415.279,56		
d)	721+723	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1.917.565,92	16.183.229,90		-1.949.957,61	13.428.698,76	
		Custos com investimentos						
	641	Custos de gestão dos investimentos	217.011,86			260.035,48		
	652+654+6552	Perdas realizadas em investimentos	149.883,41		366.895,27	134.367,07		394.402,55
	662	Menos-valias não realizadas de investimentos			91.942,27			0,00
8	6901	Outros custos técnicos, líquidos de resseguro			1.540,60			0,00
9	6111+6131	Provisão para desvios de sinistralidade (variação)			32.352,69			28.857,12
		Custos técnicos			63.912.291,65			51.292.468,98
10	801	Resultado da conta técnica do seguro não vida			6.216.638,60			7.909.950,82

C E E		CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR		
III		Conta não técnica						
1	801	Resultado da conta técnica do seguro não vida			6.216.638,60			7.909.950,82
2	800	Resultado da conta técnica do seguro de vida						
		Resultado da conta técnica			6.216.638,60			7.909.950,82
3		Proveitos dos investimentos						
a)		Rendimentos de partes de capital						
	74310	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	74320	Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	
b)		Rendimentos de outros investimentos						
	74311/2	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	7430+74321/2+7433	Outros	18.370,69	18.370,69		2.316,14	2.316,14	
d)	753+7542+7553	Ganhos realizados em investimentos		0,00	18.370,69		0,00	2.316,14
3A	763	Mais-valias não realizadas de investimentos			0,00			0,00
7	7911+7912	Outros proveitos			378.735,32			510.817,38
		Proveitos não técnicos			397.106,01			513.133,52
5		Custos com investimentos						
a)	642	Custos de gestão de investimentos	387.488,40				945.951,38	
c)	653+6542+6553	Perdas realizadas em investimentos	0,00		387.488,40		0,00	945.951,38
5A	663	Menos-valias não realizadas de investimentos			0,00			0,00
8	6911+6912+6913	Outros custos, incluindo provisões			432.936,67			750.176,11
		Custos não técnicos			820.425,07			1.696.127,49
10	82	Resultado da actividade corrente			5.793.319,54			6.726.956,85
11	7910	Proveitos e ganhos extraordinários			101.660,73			253.225,51
12	6910	Custos e perdas extraordinários			168.718,23			322.982,37
13	83	Resultado extraordinário			-67.057,50			-69.756,86
	84	Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar			-1.120.777,23			-868.929,12
	85	Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos			0,00			0,00
	86	Resultado antes de impostos			4.605.484,81			5.788.270,87
14	87	Imposto sobre o rendimento do exercício			1.321.813,23			2.458.274,46
16	88	Resultado líquido do exercício			3.283.671,58			3.329.996,41

Valores em euros.

ANEXO

ANEXO REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2004 da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997.

Foi considerada constituída formalmente como sociedade anónima de seguros, conforme Norma N. 2/98-A do ISP.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., iniciou a sua actividade como sociedade anónima de seguros, em 1 de Abril de 1998, recebendo a carteira da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A., conforme escritura de 31 de Março de 1998.

1 – Não aplicável.

2 – Não aplicável.

3 - As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram preparadas segundo convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos Investimentos), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

A) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ANOS	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	ANOS
Equipamento Administrativo	4 a 10	Despesas de Constituição e Instalação	3
Máquinas e Ferramentas	5 a 10	Trespases	5
Equipamento Informático	3 a 5	Despesas em Edifícios Arrendados	3
Equipamento de Transporte	4		
Outras Imobilizações Corpóreas	4 a 8		

Os bens de valor inferior ou igual a 200,00 Euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

B) INVESTIMENTOS

Os investimentos são valorizados com base no princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo.

Entende-se como valor actual, relativamente ao imóveis e títulos de rendimento variável, o valor de mercado, apurado da seguinte forma:

- 1) Imóveis – O valor de mercado é apurado com base em estudos de avaliação efectuados por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os estudos de avaliação são efectuados no mínimo de 5 em 5 anos. Os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados
- 2) Títulos de rendimento variável – Se admitidos à negociação em bolsa de valores ou em mercados regulamentados e transaccionados nos 30 dias antecedentes à data de referência da avaliação, são valorizados de acordo com a cotação de fecho. Se não cotados, são valorizados de acordo com os seguintes critérios:
 - Acções: no máximo, ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado;
 - Unidades de participação em fundos de investimentos: ao valor patrimonial à data do balanço;
 - Títulos de participação: ao valor nominal.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos, referidos em b.1) e b.2), resultantes da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na Conta de Ganhos e Perdas nas rubricas de mais e menos valias não realizadas de investimentos. Conforme Norma do ISP, este efeito é compensado com a constituição e utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

Os títulos de rendimento fixo são valorizados ao valor de aquisição ajustado, de forma escalonada ao longo da vida dos títulos, para o valor actual dos cash flows futuros, actualizados com base na taxa interna de rentabilidade do título. Este critério de valorização, adoptado internacionalmente pelo Grupo MAPFRE, conduz a que na data de reembolso, os títulos se encontrem registados pelo correspondente valor de reembolso, de igual forma à que resultaria da adopção dos critérios valorimétricos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

C) PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes, apurada de acordo com o método “*pro rata temporis*”.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. A provisão constante do Balanço encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, no máximo de 20%, por cada um dos ramos.

D) PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde: I) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; II) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço, calculada em função de métodos estatísticos; III) à estimativa de desvios, baseada em métodos estatísticos, para os sinistros já comunicados mas não regularizados; IV) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculadas com as bases técnicas mencionadas no Ponto 38 deste Anexo, conforme o ponto 3 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

E) PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os riscos de fenómenos sísmicos.

F) PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor de seguros não vida. O cálculo desta provisão foi efectuado de acordo com a Norma 12/2000-R.

G) PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

H) PROVISÃO PARA RECIBOS POR COBRAR

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R.

I) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir ao seu valor provável de realização, os saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar.

J) RESPONSABILIDADE COM PENSÕES DE REFORMA

A Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, nos termos definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da actividade seguradora em Portugal – vide Ponto 19 deste Anexo.

L) PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS - IMPOSTOS

Esta provisão destina-se a fazer face a uma contingência fiscal em sede de IVA, por via de uma notificação recebida da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios, no montante de EUR 1.119.896,89.

A Companhia procedeu em 1998 a uma liquidação por conta destas responsabilidades, no montante de EUR 218.657,71, e ajustou em 2003 a provisão registada nas suas contas, para o montante de EUR 215.350,00, com base no estudo de actualização preparado pelos seus consultores fiscais.

No exercício de 2004 a Companhia foi notificada da decisão de indeferimento da reclamação graciosa, tendo decidido apresentar Impugnação Judicial da referida decisão, com os mesmos fundamentos utilizados na reclamação.

Pese embora a expectativa de resolução favorável da acção, por prudência, a Companhia decidiu proceder ao provisionamento de EUR 901.240,72 respeitantes ao total da responsabilidade excluída dos juros de mora no montante de EUR 324.446,11.

4 – Não aplicável.

5 – Não aplicável.

6 – Não aplicável.

7 - O número médio de trabalhadores ao serviço da empresa no exercício de 2004, foi de 236, distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Director Geral	1						
Director Coordenador	4						
Director de Serviços	8						
		Chefe de Serviços	6	Coordenador Geral de Serviços Comerciais	5	Chefe de Centro	1
		Chefe Serviços Formação	1			Chefe de Análise	2
		Chefe de Serviços Analise Riscos	1				
						Analista Sénior	1
		Chefe de Secção	13	Coordenador Zona	1	Analista Programador	2
		Perito Chefe	1	Gerente Delegação	18	Chefe de Operações	2
		Técnico Chefe Análise Riscos	1			Programador Sénior	2
		Subchefe Secção	17	Assistente Comercial	10	Programador	4
		Perito Subchefe	4				
		Escriturário	76	Técnico Comercial	20		
		Perito	6				
		Regularizador Sinistros	10				
		Escriturário Estagiário	16	Estagiário Comercial	1		

Na categoria de Cozinheiro, 1 trabalhador.

Na categoria de Gerente de Hospital, 1 trabalhador.

8 - Montante dos custos com pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

CONTAS	RUBRICAS	VALORES
	Remunerações	
6800	- Dos órgãos sociais	180.989,05
6801	- Do pessoal	5.806.272,45
6802	Encargos sobre remunerações	1.287.652,77
	Custos com pensões	
6803	- Pensões e respectivos encargos	48.536,32
6804	- Prémios e contribuições para pensões	497.195,65

Em euros.

9 - Não aplicável.

10 - As Imobilizações Incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

- Despesas de Constituição (Transformação) da Empresa
- Despesas de Aumento de Capital

- Valor dos Trespases da Carteira de Seguros da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS e da Carteira de Seguros da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS.

- Obras num Imóvel Arrendado, localizado na Cidade do Porto

11 – Não aplicável.

12 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa inscrito na rubrica Outros Credores:

- Por cheques sem provisão de segurados, o montante de EUR 5.702,57;
- Por cheques sem provisão e prestações de contas sem fundos de mediadores, o montante de EUR 62.433,26;
- Por dívidas de segurados, o montante de EUR 145.769,93;
- Por outros devedores diversos, o montante de EUR 91.814,24;

Está constituída a respectiva provisão para créditos de cobrança duvidosa no valor de EUR 305.720,00.

13 – Não aplicável.

14 – O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2004, é de EUR 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de EUR 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

ENTIDADE ACCIONISTA	N.º DE ACÇÕES	VALOR
MAPFRE GUANARTEME COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS DE CANARIAS, S.A.	20	99,80
MAPFRE CAUCION y CREDITO, COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS y REASEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	1.658.817	8.277.496,83
MAPFRE INDUSTRIAL SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE MUTUALIDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS A PRIMA FIJA	4.976.123	24.830.853,77
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00

15 – Não aplicável.

16 – Não aplicável.

17 - À excepção da provisão para sinistros que poderá ter uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características desta provisão, não existem valores a pagar com exigibilidade para além dos cinco anos.

18 – Não aplicável.

19 – O financiamento das responsabilidades assumidas pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., com planos de pensões relativos aos seus trabalhadores encontra-se assumido através de um contrato de seguro, contratado com a MAPFRE VIDA, S.A.. O valor das responsabilidades com serviços passados, a 31 de Dezembro de 2004, é de EUR 770.890,13, em cumprimento da Norma 14/98-R, e encontra-se totalmente financiado pelo referido contrato de seguro.

20 – Demonstração da carga fiscal, referente aos três últimos exercícios:

EXERCÍCIO	CARGA FISCAL IMPUTÁVEL	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR/RECUPERAR
2002	1.474.471,62	1.474.471,62	
2003	2.470.557,49	2.470.557,49	
2004	1.321.813,24	1.898.288,79	-576.475,55

Em euros.

A Companhia não adopta o conceito de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade referentes aos exercícios de 2000 a 2003, poderão ainda ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais.

21 – Não aplicável.

22 - Conforme anexo 1.

22A – Avaliação de determinados instrumentos financeiros ao justo valor:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR
Participações em empresas do grupo e associadas		
Acções e outros títulos de rendimentos variável	12.195.836,19	12.195.836,17
Títulos de rendimento fixo	47.134.635,94	51.587.600,31
Instrumentos derivados		
Total	59.330.472,13	63.783.436,48

Diferença entre o valor de balanço e o justo valor -4.452.964,35

Em euros.

23 - Conforme anexo 2, 3 e 4.

24 - Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

RUBRICAS	IMOBILIZ CORPÓREAS	INVESTIMENTOS	TOTAL
Reserva de Reavaliação		4.659.868,20	4.659.868,20
Início do exercício		1.212.719,50	1.212.719,50
Aumentos		91.942,27	91.942,27
Diminuições			
Incorp capital social			
Outras			
Fim do exercício		5.780.645,43	5.780.645,43
Custos históricos	7.084.694,90	28.480.769,98	35.565.464,88
Reavaliações	-	5.780.645,43	5.780.645,43
Valores contabilísticos reavaliados	7.084.694,90	33.450.731,46	40.535.426,36

Em euros.

Na rubrica de Investimentos não estão considerados os Títulos de Rendimento Fixo dado que se encontram valorizados de acordo com o ponto 3 deste Anexo.

O valor considerado na rubrica de Reavaliações de Investimentos é resultante de mais e menos valias potenciais desde a data de aquisição até à presente.

25 – As mais e as menos valias fiscais apuradas aquando da alienação dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição, pelo que, os efeitos de reavaliações intercalares com conseqüente apuramento de mais ou menos valias não realizadas e a eventual constituição ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar, não são tributadas.

26 – Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
490-Prov.para recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	2.191.148,97	441.367,58		2.632.516,55
491-Prov.p/créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	315.695,68		9.975,68	305.720,00
492-Provisões para riscos e encargos				
Impostos	215.350,00	685.890,72		901.240,72

Em euros.

27 - Não aplicável.

28 - Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
69100-Donativos	34.535,94	20.493,14	79100-Restit impostos	54.006,22	18.098,19
69101-Mecenato	18.500,00	10.000,00	79101-Recup dividas		
69102-Desp confidenciais			79102-Red amort prov.		8.033,56
69103-Perdas imo corpor	30.347,20	7.030,97	79103-Ganho imo corp	10.356,61	32.497,29
69104-Ofertas a clientes	1.024,36	1.210,28	79107-Correc rel. ex. ant.		
69105-Dividas incobráveis		10.042,00	79108-Ot prov. ganho ext.	37.297,90	194.596,47
69106-Multas penalidades	1.604,04	259,96			
69107-Quotiz diversas	907,89	552,50			
69108-Correc rel. ex. ante					
69109-Ot custo perdas ext.	81.798,80	273.393,52			
83-Result extraordinários	-67057,50	-69.756,86			
	101.660,73	253.225,51		101.660,73	253.225,51

Em euros.

29 – A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes e extraordinários é a seguinte:

RESULTADOS	PERCENTAGEM
CORRENTES	101%
EXTRAORDINÁRIOS	-1%

30 – Não aplicável.

31 – Não aplicável.

32 – Não aplicável.

33 – Com relação às seguintes provisões técnicas:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO N	VALOR DE BALANÇO N-1
Provisão p/prémios não adquiridos	29.280.231,21	5.494.629,99	23.785.601,22	20.416.787,61
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso			0,00	17.931,24

Em euros.

34 - Conforme anexo 5 e 7.

35 – Os reajustamentos apresentados no mapa anexo 5, decorrem da contabilização, segundo critérios prudentes, das provisões para IBNR e IBNER, bem como das reavaliações resultantes do acompanhamento permanente dos processos.

36 – O método de valorimetria aplicado aos Investimentos foi o seguinte:

- Terrenos e Edifícios, Títulos de Rendimentos Variável e Fixo - Conforme referido no Ponto 3, deste Anexo.
- Empréstimos e Depósitos a Prazo e à Ordem - Estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 – O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios é o explicitado no Ponto 3, deste Anexo.

Discriminação do valor dos edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação:

EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2004	319.833,67	280.000,00
2003	-	-
2002	9.630.987,24	11.875.983,21
2001	7.162.261,63	8.429.637,86
2000	-	-
Em avaliação	669.274,20	669.274,20

Em euros.

38 – As Bases Técnicas das Rendas Vitalícias, adoptadas pela MAPFRE, assentam nos seguintes pressupostos:

DESCRIÇÃO	VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As responsabilidades com pensionistas estão devidamente avaliadas, já que as referentes às pensões obrigatoriamente remíveis, em anos futuros, não reflectem a redução de responsabilidades inerente à aplicação da TD 88/90 a 5,25%.

Salientamos que a MAPFRE Seguros Gerais, numa atitude de prudência quer quanto a bases técnicas quer quanto a não alterar os procedimentos informáticos, provisiona acima dos mínimos o valor estabelecido no ponto 2 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

39 – A Companhia não tinha a 31 de Dezembro de 2004, quaisquer valores a recuperar, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros.

40 – Conforme anexo 6.

41 – Relato por segmentos

a) Relato por segmentos de negócio:

RUBRICA	RAMO VIDA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL
Prémios brutos emitidos		78.607.165,30	15.745.858,84	8.622.066,46	52.462.077,79
Prémios de resseguro cedido		10.220.851,50	1.375.815,72	6.015.059,00	2.402.554,74
Prémios brutos adquiridos		74.476.759,72	15.731.594,50	8.370.267,98	48.857.550,30
Resultado dos investimentos		4.754.780,28	519.522,12	387.431,58	3.586.060,13
Custos com sinistros brutos		50.818.345,73	8.725.549,78	4.382.554,57	36.824.554,52
Custos de exploração brutos		18.100.795,82	3.548.344,64	2.165.020,04	12.036.279,96
Resultado Técnico		6.216.638,60	5.298.943,75	214.958,17	444.661,45
Activos afectos à representação das provisões técnicas		122.653.289,63	17.337.953,20	9.535.739,89	90.183.359,14
Provisões técnicas		74.073.674,51	15.405.840,08	5.312.058,32	50.238.289,71

Em euros.

Relato por segmentos geográficos:

Todos os prémios brutos emitidos de seguro directo são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

42 – Não aplicável.

43 – O montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de EUR 7.443.774,12.

44 - Indicação dos investimentos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:

RUBRICAS	SEGURO DE VIDA (20,21 e 240)	SEGURO NÃO VIDA (22 e 241)	LIVRES (conta 23)
Terrenos e edifícios		21.254.895,27	
Investimentos em empresas do grupo e associadas			503.247,33
Outros investimentos financeiros		74.330.472,13	
Depósitos junto de empresas cedentes			
TOTAL		95.585.367,40	503.247,33

Em euros.

45 - Cessão da carteira de seguros dos ramos não vida da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS - O preço total dessa cessão foi inicialmente fixado em EUR 1.396.634,11, tendo sido acrescido do montante correspondente ao resultado da exploração referente ao período de 1 de Abril de 2001 a 30 de Setembro de 2001, nos termos do contrato celebrado, isto é, EUR 311.008,26, ou seja um total de EUR 1.707.642,37.

A Companhia definiu como período base para amortização do trespasse, o período de 5 anos, tendo nessa base já registado uma amortização acumulada a 31 de Dezembro de 2004, no valor de EUR 1.109.967,51.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (ANEXO 1)

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
	DESIGNAÇÃO							UNITÁRIO	TOTAL
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS								
	1.1 - Nacionais								
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo	sub-total							
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo	sub-total							
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo	sub-total							
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas	sub-total							
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas	sub-total							
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas	sub-total							
		sub-total							
	1.2 - Estrangeiras								
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo	sub-total							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo	sub-total							
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo	sub-total							
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas	sub-total							
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas	sub-total							
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas	sub-total							
		sub-total							
		sub-total							
		total							
	2 - OUTROS TÍTULOS								
	2.1 - Nacionais								
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo								
	2.1.1.1 - De dívida pública								
PTOTEBOE0012	O . TESOURO - JUN/2008 - 5,375%					2.131.300,00			2.056.019,03
PTOTECOE0011	O . TESOURO - JUL/2009 - 3,95%					1.471.088,87			1.485.404,30
PTOTEF0E0000	O . TESOURO - FEV/2007 - 6,625%					5.957.870,86			5.738.949,45
PTOTEG0E0009	O . TESOURO - SET/2013 - 5,45%					993.700,00			995.028,49
PTOTEJ0E0006	O . TESOURO - JUN/2011 - 5,15%					487.100,00			491.036,31
PTOTEROE0006	O . TESOURO - FEV/2005 - 11,875%					2.025.185,83			2.018.578,41
PTOTEV0E0000	O . TESOURO - FEV/2006 - 9,5%					2.998.414,53			2.951.485,65
		sub-total				16.064.660,09			15.736.501,64
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos	sub-total							

(Continua na página seguinte).

(Continuação da página anterior).

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO	TOTAL
XS0103383286	2.1.1.3 - De outros emissores ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - OUT/2009 - 6,40%					792.389,41		808.641,27
XS0126990778	ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - MAR/2011 - 5,875%					694.218,00		695.857,03
	sub-total					1.486.607,41		1.504.498,30
	sub-total					17.551.267,50		17.240.999,94
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Acções							
	sub-total							
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total							
	total					17.551.267,50		17.240.999,94
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
ES0000012064	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2009 - 5,15%					7.684.782,50		7.533.824,64
ES0000012239	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JAN/2010 - 4%					2.569.110,00		2.629.295,56
ES0000012387	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2011 - 5,4%					299.160,00		302.207,96
ES0000012866	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2013 - 4,2%					3.096.500,00		3.089.919,74
ES0000012916	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JAN/2015 - 4,4%					523.395,00		523.282,78
IT0003493258	REPÚBLICA DE ITALIA - AGO/2014 - 4,25%					1.008.940,02		1.008.945,51
IT0003618383	REPÚBLICA DE ITALIA - FEV/2019 - 4,25%					1.020.222,23		1.020.018,94
	sub-total					16.202.109,75		16.107.495,13
	sub-total							
	2.2.1.3 - De outros emissores							
DE0003099990	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV - JUL/2009 - 4,875%					479.400,00		487.681,16
ES0214950059	OBLIGACIONES CAJA MADRID - ABR/2012 - 6,25%					495.270,00		496.526,95
ES0230670210	ENDESA INTERNACIONAL - FEV/2009 - 4,2%					498.400,00		499.205,14
ES0278430931	OBLIGACIONES TELEFONICA - ABR/2009 - 4,5%					297.900,00		298.934,96
ES0390304006	AYT CEDULAS CAJA - 4,5%					1.026.000,00		1.020.589,40
ES0413440050	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO - SET/2014 - 4,25%					511.720,00		511.647,60
FR0000207052	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - JUL/2009 - 6,75%					532.230,01		514.173,36
FR0000472326	GAZ DE FRANCE - 4,75%					4.018.149,90		4.003.923,08
FR0000582660	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - MAR/2013 - 5,85%					255.250,00		253.993,16
XS0096141337	PORT TELECOM INT FINANCE BV - ABR/2009 - 4,625%					994.600,00		997.226,53
XS0097762065	IBERDROLA INTERNATIONAL BV - MAI/2009 - 4,5%					497.060,00		498.446,66
XS0098523797	ENDESA INTERNACIONAL - JUN/2009 - 4,375%					193.300,00		196.580,14
XS0107330143	GAS NATURAL FINANCE BV - FRV/2010 - 6,125%					1.067.933,33		1.065.092,30
XS0110487062	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE - MAI/2010 - 6%					99.950,00		99.944,27
XS0126164812	FRANCE TELECOM - MAR/2008 - 6,75%					250.000,00		256.061,36
XS014222198	FORTIS FINANCE NV - JAN/2012 - 5,375%					483.637,50		482.548,13
XS0167068849	RABOBANK NEDERLAND - ABR/2013 - 4,25%					495.870,00		496.382,59
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V. - JUL/2013 - 4,375%					499.000,00		498.971,93
XS0186317417	BANK OF AMERICA CORP. - FEV/2014 - 4,625%					506.000,00		505.915,89
XS0203714802	TERNA SPA - OUT/2014 - 4,25%					602.400,00		602.296,26
	sub-total					13.804.070,74		13.786.140,87
	sub-total					30.006.180,49		29.893.636,00
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Acções							
DE0005151005	BASF AG					225.933,81		292.560,00
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG					144.471,08		181.485,00
DE0007236101	SIEMENS AG					303.212,69		357.437,40
DE0007614406	E.ON AG					330.040,75		452.319,70
ES0111845014	AUTOPISTAS CONCESIONARIA ESPAÑA					179.474,84		267.899,40
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA					422.036,32		587.250,00
ES0113790234	BANCO POPULAR ESPAÑOL, SA					296.211,30		339.500,00
ES0113900137	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO					431.736,16		502.150,00
ES0130670112	ENDESA, SA					486.312,38		605.150,00
ES0144580018	IBERDROLA, SA					445.632,58		561.000,00
ES0178430E18	TELEFONICA, SA					395.704,78		554.400,00
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONSTRUCC.Y					156.966,83		201.600,00
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.					136.189,72		165.000,00
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.					203.855,42		229.920,00
ES0181380017	UNION FENOSA, S.A.					256.018,48		290.250,00
FI0009000681	NOKIA OYJ					122.057,70		130.144,00
FR0000120271	TOTAL SA					186.943,99		192.840,00
FR0000120628	AXA					299.363,01		349.056,00
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS					239.870,86		255.840,00
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA					144.248,10		182.700,00
IT0003132476	ENI SPA					170.929,19		187.884,00
NL0000009348	UNILEVER PLC					378.236,89		354.189,40
NL0000009470	ROYAL DUTCH PETROLEUM					376.564,44		394.913,75
NL0000301109	ABN AMRO HOLDING NV					352.665,03		395.647,00
	sub-total					6.684.676,35		8.031.135,65
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
ES0147625034	FOND MAPFRE DIVERSIFICACION F.I.M.					3.013.736,89		3.463.527,73
ES0138556032	FOND MAPFRE BOLSA GLOBAL F.I.M.					1.000.000,00		701.172,81
	sub-total					4.013.736,89		4.164.700,54
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	total					10.698.413,24		12.195.836,19
	total					40.704.593,73		42.089.472,19
	3 - TOTAL GERAL					58.255.861,23		59.330.472,13

Valores em euros.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (ANEXO 2)

RUBRICAS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES	E ABATES		REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de constituição e instalação	411.588	277.300					46.851		87.437
Despesas de investigação e desenvolvimento									0
Despesas em edifícios arrendados	265.341	141.908					38.602		84.830
Trespases	13.796.099	12.856.896					341.528		597.675
Outras imobilizações incorpóreas									0
Imobilizações em curso									0
Adiantamentos por conta									0
sub-total	14.473.028	13.276.104	0	0	0	0	426.982	0	769.942
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Equipamento administrativo	1.216.898	1.016.347	48.221		39.833	1.185	74.955	38.223	171.022
Máquinas e ferramentas	550.922	403.112	32.625		14.212		51.923	13.871	128.172
Equipamento informático	2.859.752	2.161.283	949.847		13.127	10.889	473.838	13.745	1.164.207
Instalações interiores	1.444.876	1.004.124	10.252		10.798		130.319	8.633	318.521
Material de transporte			8.890				362	362	0
Equipamento hospitalar									0
Outras imobilizações corpóreas	195.312	146.782	25.124		157.022		11.362	136.790	42.060
Imobilizações em curso									0
Adiantamentos por conta	276.125		1.182.105		612.683				845.547
sub-total	6.543.885	4.731.647	2.257.063	0	847.674	20.963	742.760	211.624	2.669.529
Total	21.016.914	18.007.751	2.257.063	0	847.674	20.963	1.169.742	211.624	3.439.471

Valores em euros.

TERRENOS E EDIFÍCIOS

RUBRICAS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES E BENEFICIAÇÕES	REAVALIAÇÕES E DIMINUIÇÕES DE VALOR	TRANSFERÊNCIAS (*)		ALIENAÇÕES		SALDO FINAL	
	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1)+(3)+(5)-(7)	(10) = (2)+(3)+(4)+(6)-(8)
De serviço próprio										
Terrenos									0	0
Edifícios	15.299.602	18.392.642	970.412	-29.953	-326.779	-418.813			15.943.234	18.914.289
De rendimento										
Terrenos									0	0
Edifícios	1.495.117	1.904.568	17.226		326.779	418.813			1.839.123	2.340.607
Imobilizações em curso									0	0
Adiantamentos por conta									0	0
Total	16.794.719	20.297.210	987.638	-29.953	0	0	0	0	17.782.357	21.254.895

Valores em euros.

NOTA: (*) As saídas são inscritas com valor negativo.

INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (EXCEPTO TÍTULOS) (ANEXO 4)

RUBRICAS	SALDO INICIAL (1)	AUMENTOS (2)	DIMINUIÇÕES DE VALOR (3)	ALIENAÇÕES OU REEMBOLSOS (4)	SALDO FINAL (5)
Investimentos em empresas do grupo e associadas					
Empréstimos a empresas do grupo					
Empréstimos a empresas associadas					
Outros investimentos financeiros					
Empréstimos hipotecários					
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices					
Empréstimos sobre títulos					
Outros	305.375	426.437	116.763	111.801	503.247
...					
Depósitos em instituições de crédito	14.900.000	20.900.000		20.800.000	15.000.000
Outros					
...					
Depósitos junto de empresas cedentes					
Total	15.205.376	21.326.437	116.763	20.911.801	15.503.248

Valores em euros.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES) (ANEXO 5)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N-1 (1)	CUSTOS COM SINISTROS * MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS * EM 31/12/N (3)	REAJUSTAMENTOS (3)+(2)-(1)
VIDA				0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	12.141.658	3.510.314	7.846.972	-784.373
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	2.045.159	1.745.237	699.029	399.108
- RESPONSABILIDADE CIVIL	25.527.856	11.720.953	17.572.108	3.765.206
- OUTRAS COBERTURAS	1.204.615	2.283.473	-34.816	1.044.042
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	181.183	39.034	88.886	-53.263
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.604.317	714.768	2.180.360	290.811
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS	-1.895	5.144	-431	6.607
TOTAL	43.702.893	20.018.923	28.352.108	4.668.139
TOTAL GERAL	43.702.893	20.018.923	28.352.108	4.668.139

Valores em euros.

NOTAS: * Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS (ANEXO 6)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS*	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS*	SALDO DE RESSEGURO
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	15.745.859	15.731.595	8.725.550	3.548.345	639.349
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	8.622.066	8.370.268	4.382.555	2.165.020	2.106.441
- RESPONSABILIDADE CIVIL	30.935.084	28.504.972	25.186.766	7.455.386	1.889.722
- OUTRAS COBERTURAS	21.706.993	20.352.579	11.637.788	4.580.894	-428.399
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	486.296	487.277	185.090	119.536	142.648
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.029.828	952.732	689.315	213.310	87.366
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	81.038	77.338	11.282	18.306	42.971
TOTAL	78.607.165	74.476.760	50.818.346	18.100.796	4.480.098
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	78.607.165	74.476.760	50.818.346	18.100.796	4.480.098

Valores em euros.

NOTAS: * Sem dedução da parte dos resseguradores.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS (ANEXO 7)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	MONTANTES PAGOS - - PRESTAÇÕES (1)	MONTANTES PAGOS - CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	5.542.171	1.180.969	2.002.410	8.725.550
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	3.649.708	614.459	118.388	4.382.555
- RESPONSABILIDADE CIVIL	18.403.077	3.061.274	3.722.416	25.186.766
- OUTRAS COBERTURAS	9.346.898	1.644.473	646.417	11.637.788
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	118.646	36.493	29.951	185.090
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	746.336	65.330	-122.350	689.315
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS	3.669	6.149	1.464	11.282
TOTAL	37.810.504	6.609.146	6.398.696	50.818.346
RESSEGURO ACEITE				0
TOTAL GERAL	37.810.504	6.609.146	6.398.696	50.818.346

Valores em euros.



*Certificação legal das
contas e relatório
e parecer único*



■ Ernst & Young Audit & Associados-SRLCC, S.A. ■ Tel: (351) 217 912 100
Edifício República Fax: (351) 217 957 585
Avenida da República, 50 - 6.º
1600-205 Lisboa
Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de balanço de Euros 143.167.077 e um total de capital próprio de Euros 52.897.562, incluindo um resultado líquido de Euros 3.283.672, a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

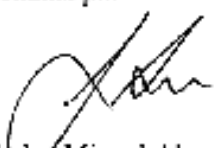
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em, juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

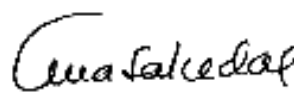
Opinião

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2004 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2005

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (SROC nº 178)
Representada por


João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)


Ana Salcedas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos n.ºs 420.º e 421.º do Código das Sociedades e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e do respectivo Anexo, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas, nem ênfases, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:


- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2004 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2005

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC N.º 178)

Representada por


João Carlos Miguel Alves (ROC N.º 896)

www.mapfre.pt